

O Brasil republicano entre autoritarismos e democracia: uma entrevista com Heloisa Starling

Republican Brazil between authoritarianism and democracy: an interview with Heloisa Starling

Brasil republicano entre autoritarismos y la democracia: una entrevista con Heloisa Starling

*Antonio Gasparetto Júnior**

<https://orcid.org/0000-0001-7844-0055>

*Wagner Teixeira***

<https://orcid.org/0000-0001-5087-672X>

Para citar esta entrevista:

JÚNIOR, Antonio Gasparetto; TEIXEIRA, Wagner. O Brasil republicano entre autoritarismos e democracia: uma entrevista com Heloisa Starling. **Locus - Revista de história**, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.346-356, 2019 E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024

Heloísa Maria Murgel Starling é Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Comunicação Social (PUC-Minas, 1979) e História

* Professor substituto no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG – campus Juiz de Fora) e Professor Formador na Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-doutorando em História pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com estágio de doutoramento na Université Paris IV – Sorbonne. Autor de *Atmosfera de Plomo* (Tirant lo Blanch, 2019), *História Constitucional Brasileira* (Multifoco, 2017) e *Direitos Sociais em Perspectiva* (Fino Traço, 2014). Desenvolve pesquisas na área de História do Brasil Republicano, com ênfase nos seguintes temas: História do Direito, Democracia e Cultura Política, Autoritarismo, Direitos e Administração Pública. Conquistou o segundo lugar no *Premio de Investigación Doctoral en Historia del Derecho en América Latina* (Valência/ESP, 2019). Contato: antonio.gasparetto@gmail.com.

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Possui graduação e mestrado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Franca) e doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem artigos e capítulos de livros publicados sobre educação no período republicano. Desenvolve pesquisas na área de História do Brasil Republicano, com ênfase nos seguintes temas: Educação e Política, Esquerdas, Movimentos Sociais, Democracia e Cultura Política. Desenvolve projetos de extensão universitária nas áreas de Cinema e Ensino de História. Foi presidente da ANPUH MG gestão (2014 - 2016). E-mail: wsthistoria@gmail.com.



(UFMG, 1981), possui uma trajetória profissional que se iniciou nos anos finais do regime militar, perpassou todo o processo de redemocratização e se estende até os dias atuais. Com uma atuação e produção acadêmica extremamente relevante, suas pesquisas se pautam por um constante diálogo entre História e Política, buscando a compreensão de valores e tradições essenciais para a democracia e o pensamento republicano no país.

Com Mestrado (UFMG, 1986) e Doutorado (IUPERJ, 1997) em Ciência Política, é autora de quase cinco dezenas de livros, entre coletâneas e autorais, dentre os quais se destaca o recente *Como Ser Republicano no Brasil Colônia* (Companhia das Letras, 2018). Em parceria com Lilia Schwarcz, publicou *Brasil: uma biografia* (Companhia das Letras, 2015), obra com enorme repercussão acadêmica e também fora dos círculos universitários, e, agora, publica *Dicionário da República: 51 textos críticos* (Companhia das Letras, 2019), mais uma obra de grande fôlego a refletir sobre o regime republicano no Brasil.

Profissional incansável, Heloísa Starling é também coordenadora da coleção *Arquivos da Repressão no Brasil*, pela editora Companhia das Letras, que publica pesquisas de historiadores e jornalistas acerca da ditadura militar (1964-1985) e atua na equipe do *Memorial da Democracia*, um museu virtual com o objetivo de contribuir para o resgate da memória de lutas do povo brasileiro pela democracia, igualdade e justiça social.

Nesta entrevista, concedida em 26 de outubro de 2019, Heloísa Starling discorre sobre sua formação profissional em tempos autoritários, as expectativas de historiadores no passado e no presente, o processo produtivo de grandes obras historiográficas, o alcance do trabalho dos historiadores e, claro, sobre os 130 anos de República no Brasil.

- *Professora Heloísa Starling, sua formação em História e Comunicação Social ocorreram de forma simultânea e durante a ditadura militar. Poderia abordar os motivos que a levaram a escolher essas duas carreiras, como cada uma contribuiu para a sua formação e, mais tarde, como foi a definição pelo campo da História?*

Eu ingressei em Comunicação Social, na PUC de Minas Gerais, e em História, na UFMG, em 1975. Eu queria ser historiadora, mas tinha também um fascínio pela escrita. A PUC-Minas tinha um curso formidável de Comunicação Social e grandes professores. Eu tive aula de redação com o Sérgio Sant’Anna, de teatro, com Alcione Araújo, de editoração com a Mazza, de jornalismo com Lelio Fabiano. Havia experimentalismo, criatividade, o estudante aprendia a usar diferentes suportes da linguagem – audiovisual, cinema, fotografia – um aspecto experimental e uma abertura para as artes. Isso também me formou historiadora.

A História, por sua vez, me ensinou a recorrer ao passado para pensar com ele, sem se resignar a certa nostalgia por outras épocas, e sem se deixar dominar pela ilusão de que no tempo cronológico existe lugar para a repetição – o tempo não é retilíneo, e a História, é ingovernável. O presente costuma ser o desencadeador eficaz desse impulso de se dirigir ao passado para compreender a nós mesmos; e, se nos aventurarmos fundo o bastante sem que acabemos nos perdendo em alguns dos recantos mais tumultuados ou exóticos do passado, é provável que vamos conseguir retornar aos nossos assuntos contemporâneos com as classes de perguntas que precisam ser feitas. Até mesmo porque a História é sempre pior – e melhor – do que conseguimos imaginar.

E como não existe acesso ao passado sem mediação, eu aprendi que o historiador vive a cata de documentos e arquivos; ele quer, a todo custo, intrometer-se num tempo que não é o seu, abrir portas e escarafunchar gavetas que não lhe pertencem, sentir com sentimentos de outras pessoas e fazer novas perguntas a uma sociedade que se desintegrou no tempo.

Jornalistas e historiadores costumam seguir seus próprios caminhos de acesso ao passado e cultivam zelosamente certa rivalidade irônica no momento da apresentação dos resultados. Mas eu penso que eles têm muito em comum: estão sempre atrás de uma pista a mais para investigar o que aconteceu com os outros. Informar ao público sobre aquilo que ele tem o direito de saber – o coração da atividade jornalística – é parte do catálogo de direitos, representa uma conquista histórica, e é um recurso decisivo para a realização do processo de formação de opinião em toda sua infundável diversidade política. Narrar o que eu não vi e nem poderia ter visto para fazer ver ao outro e provocá-lo à reflexão sobre o que ocorreu no passado, não é uma técnica, mas uma ética própria ao ofício do historiador. Fornece as condições de conhecimento para que o cidadão compareça ao mundo público, onde são tecidas as opiniões compartilhadas pela sociedade. Dar ao cidadão a informação que ele tem o direito de ter ou devolver ao público a narrativa do que aconteceu a ele – e que, portanto, lhe pertence de direito – são procedimentos constitutivos e diferenciadores dos dois ofícios.

Eu sou historiadora, mas minha formação de jornalista me fornece acesso a outras ferramentas e me ensina a pensar a escrita. A me preocupar com um texto que tem a ambição de alcançar um público amplo – acadêmico e não acadêmico – e o desafio de apresentar um relato denso e fluido, claro e consistente – o que não quer dizer que sou bem-sucedida nisso. Escrever é difícil... Atualmente eu coordeno uma coleção na editora Companhia das Letras que se chama “Arquivos da repressão no Brasil” – e seus autores são jornalistas e/ou historiadores. Não deixa de ser também um jeito de reunir as pontas da minha formação: história, jornalismo e ciência política.

- *Seu primeiro livro, “Os Senhores das Gerais”, começa com uma abordagem da memória sobre 1964. Sabemos que hoje há, por parte de setores conservadores da sociedade brasileira, uma tentativa de recuperar 1964 não como um golpe, mas com um movimento que teria salvo o país do comunismo, esse mesmo discurso nega também a existência de uma ditadura entre 1964 e 1985. Como analisa esse discurso, seus riscos e a memória sobre a ditadura militar no Brasil?*

O que estão tentando fazer hoje no Brasil não é revisionismo, nem a construção de novas versões. É fraude. Fraudar fatos é uma boa maneira de se investir contra a democracia. A História tem uma função estratégica para a nossa vida pública. Ela define um referencial concreto e rigoroso para averiguação dos fatos que se relatam, indica qual a relevância das evidências que tornam esse fato verificável e deixa claro que fato histórico não é invenção. Se a confiança na veracidade histórica for eliminada, as pessoas acreditam no que querem ou no mais conveniente; tudo se resume a uma questão de opinião e à melhor versão em curso – é o passado às avessas. Hannah Arendt dizia que a verdade factual é a única verdade do historiador. Significa a ostentação pública de fatos que não podem ser modificados pela vontade de quem ocupa o poder, nem podem ser demovidos a não ser por força de mentiras cabais – por essa razão, seu contrário não é o erro, nem a ilusão, nem a opinião, e sim a falsidade deliberada, a mentira. É fácil entender o que esse problema significa para o funcionamento da democracia: quando as linhas divisórias ficam indistintas, deixa de existir uma base factual para se questionar o poder.

A mentira permite reescrever a história e a democracia pode cair por corrosão porque ninguém mais sabe ao certo quais são os limites – ela é livre de fidelidade em relação a todo o conteúdo apresentado. Não há contas a prestar, não existe contraditório ou a necessidade de debater posições divergentes. O historiador é um perigo para qualquer forma de tirania moderna – autoritária, populista, totalitária – por ser capaz de apresentar a verdade factual e dizer que as coisas podem ser diferentes hoje porque foram diferentes no passado. História não é destino, mas escolha. Aprendi isso com Evaldo Cabral de Mello, um grande historiador. Em qualquer tempo, eu acho. “Em história”, ele diz, “você não pode acreditar que as coisas que ocorreram tinham necessariamente que acontecer assim. Você sempre tem de deixar aberta a possibilidade de que as coisas pudessem ser diferentes do que foram”. E arremata o raciocínio com um meio sorriso e o verso de seu conterrâneo, Manuel Bandeira: a história, como a vida, é, também, “aquilo que poderia ter sido e que não foi”.

- *Desde 2002, a senhora vem desenvolvendo vários projetos na área de extensão universitária. Como avalia a importância desse tipo de atuação no campo da história? Poderia abordar de forma específica seu trabalho no projeto “Memorial da Democracia”?*

Eu aprendi na UFMG – como estudante e como professora e pesquisadora – que nosso trabalho tem dois objetivos. Um, precisamos construir conhecimento; o outro objetivo: esse conhecimento não deve de jeito nenhum ficar encerrado entre os muros da universidade – entre aqueles que podem saber. O projeto do Memorial da Democracia foi ideia do ex-presidente Lula. Ele queria difundir e dar visibilidade pública à longa história das lutas do povo brasileiro para construir a experiência democrática em nosso país. O Centro de Pesquisa “Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória/UFMG” onde sou coordenadora acadêmica, realizou pesquisa para dois módulos, dois períodos cronológicos, no Memorial da Democracia: “1985-2002 Reconstruindo a Democracia” e “1945-1963 Democracia de massas”.

Eu acredito que o projeto do Memorial da Democracia é um trabalho pioneiro e é de extrema importância para a educação, para a memória do país e para a disseminação do conhecimento sobre a história do Brasil. Ele reúne em um único arquivo (um site) de acesso universal, um conjunto de fontes sobre a História do Brasil, de natureza muito variada – documentos impressos; documentos sonoros (canções e/ou jingles); trechos de filmes encenados e/ou documentais; vídeos; fotografias; imagens. Além disso, o Memorial organiza essas fontes em uma narrativa, sustentada por ampla pesquisa bibliográfica, tendo como eixo a história das lutas políticas e sociais do povo brasileiro com o objetivo de construir a democracia em nosso país.

O uso das tecnologias digitais interativas no projeto do Memorial da Democracia é essencial porque fornece as ferramentas necessárias para que se complete aquilo que Michel Certeau chamou por “operação historiográfica”. Por meio dessa tecnologia o Memorial da Democracia transfere para o público especializado e não especializado o acesso a um conhecimento sobre a história do país que foi elaborado em grande parte por instituições de ensino e pesquisa, mas não deve (e nem pode) permanecer encerrado nelas.

A ampla disseminação da informação e dos conteúdos apresentados pelo Memorial da Democracia fornece recursos de apropriação, interpretação e reelaboração desses conteúdos por estudantes, professores e pelo público em geral. O Memorial da Democracia fornece esses recursos de diversas maneiras. Por exemplo: criando um percurso de sensibilização do visitante para temas de extrema relevância para a memória e a história do Brasil; incentivando uma leitura transversal e múltipla da história política e cultural do Brasil, destinada a um público não especializado e estimulando esse público a produzir seus próprios percursos para obtenção de informação e de conteúdo; contribuindo para o fortalecimento dos procedimentos democráticos de acesso do cidadão à informação, franqueando ao público um *corpus* documental sobre a história de seu país.

Mas, o Memorial da Democracia tem ainda outra função. A de apresentar para a sociedade brasileira o direito ao passado ligado intrinsecamente ao significado contemporâneo da noção de cidadania. Cidadania inclui a necessidade de formação, informação e participação do indivíduo nos procedimentos de construção de uma cultura e de uma imaginação política que não repudia sua própria historicidade, mas que, ao contrário, pretende dar conta dela, seja pela participação nos valores que ela enuncia, seja por se reconhecer nos processos de construção de seus múltiplos conteúdos.

O Memorial da Democracia alia produção de conhecimento e reflexão teórica a diferentes linguagens historiográficas e múltiplos suportes de divulgação de formatos acessíveis a um público não especializado. Ao fazer isso, o Memorial pretende, não apenas produzir conhecimento científico de natureza acadêmica, mas criar formas de divulgação desse conhecimento para a comunidade em geral, oferecendo a ideia da pluralidade e do diálogo possível de abordagens sobre situações históricas determinadas. Por tudo que ele significa para a história do Brasil e pelo resultado que apresenta acho que é um projeto único, fruto do empenho de várias equipes – e é um projeto muito bonito.

- *Como abordamos na primeira questão, sua formação inicial de historiadora se deu durante a ditadura militar. Como avalia a formação atual dos historiadores? Poderia indicar algumas obras e autores fundamentais que, na sua avaliação, não podem faltar na formação dos jovens historiadores brasileiros?*

A excelente qualidade e maturidade da historiografia brasileira são fáceis de comprovar – é só ler. É uma historiografia internacionalmente reconhecida, que tem produzido investigação de ponta, acerca dos mais diversos períodos da nossa formação nacional, incluindo os anos da ditadura militar brasileira. Lília e eu acabamos de lançar o livro “Três vezes Brasil”, sobre a obra de três grandes historiadores: Alberto da Costa e Silva, Evaldo Cabral de Mello e José Murilo de Carvalho. Acho que não existe historiador ou estudante de história que de alguma maneira não seja tributário de um dos três – ou dos três. Todo mundo leu ou vai ler. Não tem saída. Mas vai ler picado. Nós queríamos levar o leitor a conhecer a obra.

Esses historiadores são uma referência para pensarmos a história – como arte, como técnica e como ofício. São trajetórias distintas umas das outras, decerto; mas, a despeito de trataram de temas e assuntos diversos em seus trabalhos e pesquisas, existe um ponto comum, inteligível que os três compartilham: o Brasil não é um só, são muitos.

Tem mais. Cada um deles apresenta objetos e campos de análise próprios. Todavia, o lastro profundo de suas explicações sobre o país e sobre as diferentes histórias que o construíram, abre a possibilidade do diálogo. E esse diálogo vem sempre acompanhado por várias indagações. Por exemplo: Como pensar os principais temas da História do país sem deixar de olhar, firme, para as

questões de nosso próprio tempo? Qual é o formato que deve assumir a escrita da História? E como se deve flexibilizar o campo do conhecimento, de maneira a transbordar os limites estreitos da especialização?

Eles passam a limpo conceitos e mitos e refletem sobre questões que exploram desde a imensa influência africana em nossa formação à tradição autoritária contemporânea. Nenhum deles acredita que as coisas que ocorreram tinham necessariamente que acontecer assim e é importante ao historiador entender e deixar aberta a possibilidade de que as circunstâncias históricas pudessem ser diferentes do que foram. Em qualquer momento. Por exemplo: ao nos ensinar a reconhecer as tantas Áfricas que moldaram o nosso país e, a encontrar um Brasil que ficou e que retornou para a África. Ou quando escrutinam os inúmeros projetos de liberdade, republicanismo e conquista de direitos no Brasil do século XVIII e XIX. Ou ainda, quando um deles resolve virar do avesso a reflexão sobre o Brasil para revelar que, visto da periferia, longe da corte instalada no Rio de Janeiro, a complexidade dos diversos projetos para o país se torna muito evidente. E que é possível escrever uma história de Pernambuco (ou Minas, ou Bahia, ou Amazonas) que se desenha no e pelo Brasil.

E nesse tempo difícil que o Brasil está atravessando a obra de cada um deles espalha alguma iluminação no meio de tanta sombra. Precisamos conhecer o brasileiro que já fomos um dia para pensarmos o brasileiro que queremos ser. A força dos três historiadores – Evaldo, Alberto e José Murilo – é essa. E isso dá algum alento para enfrentarmos tempos sombrios.

- *A parceria com Lília Schwarcz na obra “Brasil: uma biografia” parece ter sido de muito sucesso. Em 2018, inclusive, a obra conquistou um importante prêmio da Financial Times. Em 2019, vocês apresentam ao público outra produção conjunta de grande extensão, o “Dicionário da República” (Companhia das Letras). Como foi o processo de criação desta vez?*

Lília e eu somos amigas, tornamo-nos parceiras, e, acho que Lília não sabe disso, mas ela é fonte de referência para mim: no jeito de compreender uma imagem, analisar um documento ou escrever uma história. Concordamos e discutimos bastante. No Dicionário da República também não faltou assunto. Por exemplo: Como projetar perguntas do presente sobre o passado? Como escrever um livro que soe contemporâneo porque restam heranças do republicanismo nos nossos assuntos atuais? Também discordamos uma enormidade. Como entender e revelar as marcas profundas que a escravidão produziu na tradição do republicanismo? Lília cobrava rigor e coerência, eu refugava – mas, verdade seja dita, no final das contas, ela tinha mais razão do que eu...

O Dicionário da República é também um projeto de construção coletiva. São 51 textos e cinquenta autores. O Dicionário trata dos significados de República desde a formação dessa tradição na Grécia e em Roma, suas instituições características, princípios, valores e vocabulário. Também aborda as experiências e os projetos de república no Brasil – incluindo as “repúblicas renegadas pela república” – e sua capacidade para formular soluções para os problemas políticos e institucionais da sociedade brasileira contemporânea.

Lilia e eu pensamos em um livro capaz de visar um público interessado, mas não obrigatoriamente especialista. Veja: ao atualizar um vocabulário conceitual que contempla a defesa do interesse público, a realização do bem comum, a afirmação da cidadania e a ordenação constitucional da sociedade, o Dicionário da República traz um instrumental que se mostra capaz de contribuir para a avaliação do alcance dos processos de diluição da liberdade política e de corrosão da democracia. Como diz Lilia: quem sabe, o Dicionário seja uma ferramenta a mais que ajude a tirar o véu do espanto e a produzir uma discussão mais crítica sobre a sociedade brasileira? Falar da República hoje significa investir na experiência de construir uma sociedade que se quer livre, inclusiva, plural e autônoma – uma sociedade ao mesmo tempo democrática e republicana. É nossa chance; e está passando da hora de retomarmos essa discussão no Brasil.

O texto de “Brasil, uma biografia” foi finalizado em janeiro de 2015; o livro, se você der uma olhada no final, se encerra sem nenhuma previsão categórica acerca do futuro, mas traz, em compensação, uma boa dose de expectativa sobre a maneira como o país iria usar os novos ativos políticos criados no mais longo período democrático da nossa história republicana. Afinal, a distância entre políticas públicas e redução da desigualdade diminuiu como resultado da melhoria das condições de vida dos mais pobres; a expansão de direitos ganhou terreno e a Democracia, consolidada, parecia caminhar para frente, a partir das escolhas feitas pela população e geradas ao longo do período de transição da ditadura militar e de vigência da Constituição de 1988. Mas nós nos enganamos na expectativa meio eufórica de supor que o país havia finalmente assentado sua experiência democrática – afinal, hoje vivemos sob o risco de perdê-la.

Evaldo Cabral costuma avisar aos historiadores que uma história só é previsível depois que termina. Ele tem razão, é claro. Mas, se você reparar, pelo menos até 2014 qualquer indicador de curto prazo usado para medir a qualidade da democracia em um país – procedimental, comparativo ou histórico – confirmava que escolhas sensatas haviam sido feitas e o Brasil se abriu ao século XXI com um sistema político democrático recente, mas fortalecido e razoavelmente consolidado. Por exemplo: durante os últimos vinte anos, os dois principais partidos políticos – PSDB e PT – se revezaram no governo; firmou-se o entendimento de que a autorização popular por meio do voto é o único caminho legítimo de acesso ao poder político; as eleições ocorreram regularmente e não existiram problemas

nem para a transmissão de poder, nem na aceitação do resultado eleitoral – aliás, aconteceram mais transmissões de poder entre 1985 e 2015 do que em qualquer outro período da nossa história republicana; as políticas públicas adotadas pelos governantes passaram pelo crivo eleitoral, inclusive as que levaram à redução da desigualdade e da pobreza; o catálogo de direitos, sobretudo direitos civis, foi consideravelmente ampliado; a Democracia gerou efeitos importantes para a definição de uma política econômica que permitiu ao país estancar a hiperinflação, reorganizar as finanças públicas e garantir a estabilidade da moeda. Tudo isso aconteceu no curto prazo de trinta anos e os brasileiros pareciam encarar o futuro com otimismo.

- *Em conjunto sua obra reflete muito sobre a esfera do político no Brasil, abordando o pensamento republicano, a questão democrática e o autoritarismo presente na cultura política brasileira. Qual o balanço poderia fazer de sua obra em relação à trajetória política do país da redemocratização até os nossos dias? E como avalia os 130 anos de República no Brasil?*

Eu diria que algo deu errado no nosso projeto de futuro. Eu fico me perguntando. Como entender o saldo negativo de um país onde as chances de desenvolvimento e modernização política – instituições sólidas, liberdade, igualdade e bem-estar social – são reais, mas os resultados estão sempre aquém do planejado? Por que tudo dá errado no Brasil mesmo quando são concretas as nossas chances de superar a miséria, modernizar uma sociedade profundamente desigual e garantir os modos de aprofundamento da cidadania? Mas não tenho resposta.

Os livros que escrevi sempre voltam ao tema da República para tentar entender o Brasil. O último, “Ser republicano no Brasil Colônia” volta aos séculos XVII e XVIII para entender como se formou uma tradição republicana entre nós; e entender também como essa tradição republicana emergiu e se perdeu, no Brasil, entre o remoto século XVIII e nossos assuntos contemporâneos.

A República, no Brasil, é uma espécie de rascunho que não encontrou sua forma. Entrou no século XXI como um regime constitucional, mas continua alheia ao envolvimento do cidadão nos assuntos comuns do país. A República, entre nós, consiste em um tipo de associação política que confere forma de governo à sociedade brasileira, mas permanece carente de instituições capazes de vincular justiça e liberdade política como o motor do cotidiano da população. Tampouco consegue sustentar um jeito próprio de pensar e fazer a vida pública – o republicanismo. E não consegue sustentar também um conjunto de valores capazes de regular os modos de convivência entre pessoas com diferenças consideráveis entre si, mas que tem igual direito de fazer parte da mesma comunidade – valores como tolerância, amizade, solidariedade, compaixão.

E então, curiosamente, a palavra “República” entrou na moda. Hoje, no Brasil, todo mundo, ou quase, é republicano. Mas, como não se sabe bem o que se quer dizer com isso, as palavras soam ocas. E parece que finalmente a situação de crise revelou a fragilidade e a extensão desse rascunho.

Hoje, em outubro de 2019, há uma impossibilidade de olharmos livres para frente. Isso acontece por algumas razões. Uma, porque inexistente um projeto de país – pela primeira vez falta ao Brasil uma imaginação de futuro. E se continuarmos a assistir meio inertes a destruição sistemática do nosso meio ambiente talvez nos falte o futuro propriamente dito.

A segunda razão tem a ver com o passado dos outros. O Brasil está voltando ao passado dos outros. Se considerarmos Jair Bolsonaro, as redes bolsonaristas, e a parcela de militares das Forças Armadas que têm apoiado o governo, vivemos hoje não em 2019, mas ali pelos idos dos anos 1960, em plena Guerra Fria. É possível ler alertas sobre o “perigo vermelho” e a “ameaça comunista”; Cuba e Venezuela são poderosas, capazes de dominar se não meio mundo, pelo menos a América Latina; o “comunismo” avança nas universidades, nas artes, na ciência, na imprensa e talvez no nordeste do Brasil.

A terceira razão. Faltou considerar o que existe no nosso passado – uma tradição republicana esquecida, uma sociedade de raiz escravista, historicamente violenta e autoritária, ainda hoje hierarquizada e desigual, um caminho para a construção democrática marcado por linhas quebradas e por reentrâncias, feito com pontos altos de otimismo democrático e baixos de inversão antidemocrática.

No entendimento e na maneira de pensar a República, a Constituição de 1988 tropeçou nas pernas. Talvez se possa dizer que, na Constituição de 1988, a palavra “República” sofreu uma espécie de deflação e seu significado estreitou-se por dois lados. Em um deles, o sentido de República remete a uma forma de governo que tem por seu contrário não as tiranias, mas a Monarquia. Pior, sem estabelecer um modo diferente de governar. Os constituintes deixaram de fora os procedimentos de organização de ferramentas adequadas à administração pública, e a consequência é fácil ver: nossa República encontra sérias dificuldades de se firmar como uma forma de governo capaz de executar satisfatoriamente os serviços públicos, se comprometer com a boa gestão da coisa pública e satisfazer as expectativas dos governados.

Em outro lado desse estreitamento de significado, a palavra República esvaziou-se de sentido próprio e tornou-se sinônimo de Democracia. Na prática, República passou a designar uma espécie de revestimento legal – a forma de governo – para a Democracia. Quem, em 1988, apostou em governo de leis, liberdades públicas, direitos ou cidadania, compreendeu depressa que as injustiças sociais e uma funda condição de desigualdade levada longe demais só podem ser tratadas politicamente, sustentou a

sinonímia República e Democracia, e se preparou para ser realista: se a República não passava de uma forma de governo, a Democracia seria a alma da Constituição – iria lutar por ela.

Mas o maior impacto do vazio republicano aconteceu em outro ponto da Carta Constitucional. Em 1988, seus autores estavam decididos a estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiros – não por acaso, a Carta foi batizada de “Constituição Cidadã”. O resultado, no entanto, é estreito. A Constituição deu todo o poder aos cidadãos, sem lhes oferecer a oportunidade de serem republicanos e agirem como cidadãos. Havia aí uma grande oportunidade de pôr o dedo na ferida do problema: faltam republicanos na República, inexistente entre os brasileiros o sentido de República.

Instalado o vazio republicano o que aconteceria, então? Dois equívocos foram cometidos. No primeiro, a Constituição concentrou o bom funcionamento do poder público nas agências de governo – Executivo, Legislativo, Judiciário – e deixou desprotegido o mecanismo de regulação de freios e contrapesos entre essas agências encarregadas de distribuição do poder. O segundo equívoco: ficou ausente da Constituinte o debate sobre a organização e construção de mecanismos capazes de proporcionar aos brasileiros, um espaço público mais amplo e permanente do que a urna de votação e maiores oportunidades para que sua voz seja ouvida fora dos dias de eleições. A arte de associar-se, como Hannah Arendt dizia, confere à República seu sentido mais próprio. O cidadão percebe rápido que participar dos assuntos públicos vale a pena, o exercício da liberdade se torna rotineiro, a defesa do bem comum transforma-se em responsabilidade de cada um.

Talvez a originalidade da Constituição de 1988 seja essa. Tentar construir uma Democracia sem República e sem se dar conta de que uma depende da outra. Mas se a nossa República é deficitária, existe uma longa tradição republicana no Brasil. Pode até ter sido esquecida, ou estar escondida, mas existe. E essa tradição indica que o republicanismo se firmou entre nós como uma linguagem para enfrentar situações de crise. O Brasil vive hoje uma crise possivelmente sem precedentes na sua história. A sensação é de um país aos pedaços. É um bom momento de voltar ao espólio republicano que nos pertence de direito – para pensarmos sobre o que estamos fazendo. Afinal, a história ainda não terminou. Quem sabe seja finalmente hora de enfrentar o nosso vazio republicano?